

ANEXO II - ACORDO INDIVIDUAL DE COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Pelo presente instrumento, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, criada pela Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, situada à Rua Iguatemi, 105 - Itaim Bibi - CEP 01451-011, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.051.955/0001-91, doravante denominada empregadora, e o(a) EMPREGADO(A) \_\_\_\_\_, Estado Civil \_\_\_\_\_, Emprego Público Ocupado \_\_\_\_\_, Matrícula nº \_\_\_\_\_, Portador(a) da CTPS nº \_\_\_\_\_, série \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) à \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, entre si celebram o presente ACORDO INDIVIDUAL DE COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS, mediante as cláusulas a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A partir da data de assinatura do presente instrumento, o empregado que estender a sua jornada diária de trabalho até o máximo de 02 (duas) horas diárias, por solicitação e autorização do Diretor da Área ou do empregado público indicado por ele para essa finalidade, terá as horas trabalhadas a mais compensadas mediante redução da jornada em outros dias, em comum acordo com a diretoria e, preferencialmente, no mês em que se deu a prestação de serviços extraordinários.

**Parágrafo Primeiro** – Quando inviável a compensação do labor extraordinário no mês da sua prestação, as horas extras deverão ser compensadas em até 30 (trinta) dias, contados a partir da prestação de serviço extraordinário.

**Parágrafo Segundo** – Excepcionalmente, a compensação poderá ocorrer nos dias que antecedem ou sucedem as férias do EMPREGADO, no limite de 5 (cinco) dias no total, desde que autorizada pelo Diretor da Área ou do empregado público indicado por ele para essa finalidade, e que seja observado o prazo de 30 (trinta) dias para compensação, contados a partir de cada prestação de serviço extraordinário.

**Parágrafo Terceiro** – O total de horas extras acumuladas não pode exceder 30 (trinta) horas mensais.

**Parágrafo Quarto** – O Diretor da Área ou o empregado público indicado por ele para essa finalidade deverá planejar a concessão da compensação na sua unidade/setor/divisão, observando o interesse da administração pública e a garantia da prestação dos serviços aos cidadãos.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Havendo rescisão contratual durante a vigência do presente acordo de compensação, sem que se tenha processado a compensação integral das horas extras trabalhadas autorizadas, o empregado receberá o pagamento das horas na modalidade extraordinárias com o adicional legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A compensação de que trata as cláusulas anteriores respeitará o horário de funcionamento da autarquia, com início às 7h e término às 20h30, e será realizada em conformidade com a jornada de trabalho contratual do empregado.

E, por estarem justos e acordados, celebram o presente termo de acordo de compensação de horas, acessório ao contrato de trabalho, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

NOME DO EMPREGADO

\_\_\_\_\_

Agência Reguladora de Serviços Públicos  
Delegados de Transporte do Estado de São Paulo

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome

2ª \_\_\_\_\_  
Nome